

**Ler o enunciado hoje: concepções e implicações  
para a metodologia de Análise do Discurso**

*Reading the utterance today: conceptions and implications  
for the Discourse Analysis methodology*

Moisés Araújo da SILVA<sup>1</sup>

**Resumo**

O presente trabalho tem o escopo de discutir um termo comumente empregado na Análise do Discurso. Essa reflexão procurou apresentar algumas definições de enunciado e, além disso, tivemos a pretensão de oferecer uma própria, conformando-a. Enunciado assim foi considerado muito mais próximo de categoria de análise. No transcorrer desse artigo argumentar-se-á que o enunciado, semelhante à noção de Sequência Discursiva (e relação do par enunciado/enunciação) é concebido de maneira complexa e, talvez, confusa. No final, a intenção com as devidas elucubrações é a do termo ter emprego próprio e simples para fins de trabalho de pesquisa em Análise do Discurso.

**Palavras-chave:** Enunciado. Enunciação. Sequência Discursiva. Análise do Discurso.

**Abstract**

The present work has the scope to discuss a term commonly used in Discourse Analysis. This reflection sought to present some definitions of utterances and, in addition, we had the intention of offering our own, conforming it. Enunciated like this was considered much closer to the analysis category. Throughout this article, it will be argued that the utterance, similar to the notion of Discursive Sequence (and the relation of the utterance/utterance pair) is conceived in a complex and, perhaps, confusing way. In the end, the intention, with due considerations, is that the term has its own and simple use for research work in Discourse Analysis.

**Keywords:** Utterance. Enunciation. Discursive Sequence. Discourse Analysis.

**Introdução**

A análise do discurso tem servido aos mais diversos propósitos em variadas áreas de conhecimento e, neste sentido, se uniu a outras ferramentas epistemológicas com a finalidade de se *achar* o discurso engendrado nas falas, corpos, cidades e na mídia.

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor pela Universidade Estadual da Paraíba. Líder do grupo de pesquisa Linguagem e Comunicação. E-mail: adpesquisa@hotmail.com

O problema<sup>2</sup>, além do já conhecido fato de que a expressão “análise do discurso” é bem vaga considerando as várias vertentes e suas categorias de análise, está no fato de como os pesquisadores usaram, criaram, se apropriaram dos métodos para chegar aos resultados desejados de interpretação do *corpus* que se propuseram analisar. A questão que levantamos, dentro do viés metodológico, parte das categorias ou conceitos aplicados no que tange à análise dos diversos discursos.

Durante o transcorrer de nossas pesquisas e demais orientações por nós desenvolvidas com os alunos do TCC<sup>3</sup> aconteceu a necessidade imperiosa de delimitar as partes relevantes dentro do *corpus* de análise, com o fim de deslindar os sentidos subjacentes a uma múltipla coletânea de textos midiáticos. Sempre há o desafio de retirar amostras desse material midiático, através de uma metodologia própria que pudesse dar a liberdade para análise, mas com a cientificidade exigida na formalização de caráter estrutural.

Diante do exposto, esse artigo vem discutir o emprego da categoria do enunciado como parte integrante da propedêutica concernente aos conceitos de análise do discurso. Nesse caso, explicaremos como *enunciado* (ou E) pode ser usado na execução de método de análise do discurso no viés de recorte para estudo de textos midiáticos, bem como quaisquer outros. Como ponto de partida, explicitar-se-á a ambiguidade que envolve o termo em autores da AD e pretendemos dar-lhe uma definição própria sem, no entanto, discriminar as outras já arraigadas na literatura linguística.

Na pugna de alcançar êxito em estabelecer muito mais os procedimentos, colocamos enunciado face a outros termos em oposição. Abrem-se certos questionamentos que nos leva a pensar de forma direta e indireta o emprego desse e outros elementos. Disso trataremos no que se segue.

### **Da definição de enunciado**

Após estudos, tanto na atividade de execução de análise como na atividade de orientação, percebemos uma forma mais sucinta e não menos eficiente de olhar os

---

<sup>2</sup> Isso não é uma crítica. Pelo contrário, trata de situação da qual necessita solução no sentido do discurso matemático, se me permitem os matemáticos.

<sup>3</sup> Trabalho de Conclusão de Curso.

discursos. A adoção de um método direto desembocou em encarar a necessidade de problematizar a noção de Enunciado.

Nós partimos da seguinte premissa, ao definir que: Enunciado é *uma perícope sintático/linguística, voltada para a propriedade delimitativa de análise dos efeitos de sentido, visando ao trabalho de descarte do analista.*

Pois bem, dessa afirmação acima precisamos esclarecer duas coisas: no que consiste a perícope sintático/linguística? Qual o trabalho de descarte do analista? Para responder a primeira pergunta basta dizer que, apesar de ser sintático-linguística, o trecho a ser recortado pelo analista do discurso está em relação não apenas sintagmática mas também paradigmática com o discurso. Isso significa expor que o analista seleciona uma parte de texto/frase/proposição. Mas, sua tarefa já põe a estrutura do discurso em evidência. Por exemplo, se em um enunciado, temos a frase: “F.B: 17 mil e 500 policiais militares estão de prontidão, as ações se concentraram numa região do Complexo do Alemão” (SANTOS, 2016, p.52) de uma matéria veiculada pelo Jornal Nacional, ela está no domínio do sintático, porém irrompe neste mesmo domínio os efeitos de sentido concernentes ao discurso.

No concernente ao descarte, precisamos iluminar a questão de que não existem partes inúteis em um texto. Existem partes menos relevantes, dependendo do recorte do analista. O que não significa dizer que elas não seriam importantes para um olhar de outro estudioso. Portanto, se há algo que tenha despertado grande atenção para ele, há também aquilo que deixa de lado provisoriamente ou definitivamente. O descarte é uma segmentação de parte não necessária em termos puramente metodológicos e práticos de análise. Essa é a fase mais simples da discussão.

Mais complexo é o tratamento das partes que serão analisadas. Contudo, nem tanto o material e sim a abordagem prática do que importa para o estudo. É muito intrincado o processo de desvelamento do discurso para alguns teóricos e afirmamos que o desmembramento de trechos tem recebido alguns nomes e termos os quais geram, a nosso ver, dificuldades em simplificar o escrutínio do *corpus*.

A nossa ideia é colocar em relevo essa intrincada atividade de seleção e divisão das proposições, procurando atravessar essas dificuldades muito mais no campo das terminologias do que criando algo novo propriamente. Assim dito, o artigo tem a finalidade apenas de colocar o que entendemos como enunciado com o objetivo voltado para trabalho de análise do que embate epistemológico. Fica evidente que outros termos

como Formação Discursiva, Interdiscurso, etc já tem seu espaço garantido e são pontos pacíficos para pôr em causa.

### Enunciado vs sequência discursiva

Sabe-se que o trabalho do analista do discurso é tomar o material, produto midiático ou não, e subdividi-lo. Assim, se o *corpus* for um álbum musical separará as letras, se for um telejornal as matérias, se for um livro<sup>4</sup> os capítulos. Dessas subdivisões chegaremos a outras. O problema reside na unidade mínima a qual a análise vai se debruçar.

Durante a evolução da AD parece consensual que uma categoria/conceito essencial para os analistas é a Sequência Discursiva. Segundo Pêcheux (1993) a noção de Sequência Discursiva está ligada a uma noção de “máquina discursiva”, na medida que essa “máquina” é a possibilidade de relação entre textos que permita uma comparação, mesmo que haja um efeito metafórico. Para ele, a troca de uma palavra por outra numa dada sequência, desde que mantida a mesma ancoragem semântica, não alteraria o discurso em sua estrutura profunda. O autor explica que a estrutura profunda de um discurso não altera mesmo com a mudança na superfície do texto, se a interpretação semântica dos elementos for idêntica. Seja a frase<sup>5</sup>: E<sub>1</sub>= O xerife avançava prudentemente em direção ao saloon. E<sub>2</sub>= A tempestade ribombava. E<sub>3</sub> = Um tiro atravessou a noite/E<sub>4</sub>= Um clarão atravessou a noite/E<sub>5</sub>= Um raio atravessou a noite. Pêcheux (1993, pp.101-103) considera que as frases (E<sub>3</sub> – E<sub>5</sub>) têm a mesma condição de proximidade paradigmática enquanto que não têm a mesma posição funcional quando consideradas as próximas orações: a bala o roçou/a granja estava em chamas (E<sub>6</sub> / E<sub>7</sub>). Assim os enunciados E<sub>3</sub>/E<sub>4</sub> e E<sub>4</sub>/E<sub>5</sub> teriam a mesma interpretação semântica mas falham quando consideradas as condições lógico-retóricas para os enunciados 6 e 7.

Parece-nos que a ideia de Sequência discursiva na AAD-69 é ainda lexemática porque no efeito metafórico, Pêcheux leva em consideração o marcador lógico-retórico para substituição de palavras e frases na sequência. De qualquer maneira Pêcheux et al

---

<sup>4</sup> Claro que o *corpus* pode ser constituído também de um grupo de livros. Daí a subdivisão ser livro a livro.

<sup>5</sup> Veremos que, na verdade, Pêcheux considera essas frases “enunciados”. Como pretendemos empregar a categoria em outros usos diferentes, discutiremos isso mais à frente.

(1993, p.258) definem as sequências discursivas autônomas como “... o produto de um ‘arrancar’ pedaços de texto, que impede todo tratamento desse texto em sua sequencialidade.” e ainda que são “no mínimo uma frase”. Na verdade, essa definição se aproxima em algo com a nossa de enunciado.

Por que não aludir apenas a uma troca de termos em que, para nós, é o caso de usar “enunciado” no lugar de “Sequência Discursiva” no processo de análise? Porque, em primeiro lugar, as vertentes de AD já usam “enunciado” empregando o conceito de maneiras diferentes. Em segundo lugar, porque a definição de Sequência Discursiva é bem mais complicada. Voltemos ao caso da Sequência Discursiva (SD) e depois discutiremos a complexidade do enunciado.

Ainda os autores definem o seguinte:

-Seja uma frase *i*, se a frase *j* seguinte começa por um conector de junção (por exemplo “mas”), não se segmenta; há continuidade temática de *i* a *j*, e as frases *i* e *j* pertencem à mesma SDA.

-Se a frase *j* contém uma anáfora cujo referente está contido na frase *i* (tipo anáfora simples: João... Ele), as frases *i* e *j* pertencem à mesma SDA, na medida em que a anáfora assegura uma unidade temática entre as frases *i* e *j*. (PÊCHEUX ET AL.1993, p.258)

Por outro lado, o enunciado é considerado como outra subdivisão ou fragmento dentro de uma Sequência Discursiva, como no caso de segmentar uma frase-resposta dentro de uma pergunta em uma entrevista para um noticiário.

Já para Courtine (2014, p. 55) sequências discursivas são “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”. A definição supra se confunde com a de Superfície linguística em Pêcheux e Fuchs. Vejamos:

Superfície linguística: entendida no sentido de *sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase*. Trata-se aí de um “discurso” concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão. (PÊCHEUX e FUCHS, 1993, p.180) (Grifo nosso).

Percebe-se que o conceito de SD, mesmo dentro de uma perspectiva atualizada proposta por Pêcheux & Fuchs, ainda está no nível sintático-linguístico, para depois o analista passar ao Objeto Discursivo que é a “de-superficialização” da superfície supramencionada transformando-a em objeto teórico. Destarte, na AD partem da

categoria inicial da Superfície linguística/Sequência Discursiva para o desdobramento da análise através de outras categorias.

O enunciado é considerado para alguns autores como mais uma subdivisão dentro de uma Sequência Discursiva. Para Pêcheux e Gadet (1993, p.100): “Empregaremos por nossa conta o termo *enunciado* para distinguir a frase elementar enquanto objeto único sobre o qual opera o mecanismo do discurso.”. E ainda: “Em outros termos, uma substituição tem sempre por contexto o *enunciado*, considerado como *combinação-substituição de lexemas...*” (Grifo nosso). Para Courtine (2014, p.85) “Os enunciados representam ‘átomos’, ‘grãos’ de discurso, cujas combinações produzem o texto.”.

Tais noções acabam por confundir e complicar, de certo modo, a perspectiva prática de análise no emprego de todas essas formas. O que propomos é uma maneira mais simplificada de utilização dos termos/categorias de análise. A noção de Sequência Discursiva é um tanto volátil quanto parece ambígua. Expliquemos: Se a Sequência Discursiva fosse de dimensão variável, geralmente superior à frase, como explicar o trecho da música Cálice dos intérpretes Chico Buarque e Gilberto Gil (1999)?: Pai, afasta de mim esse cálice. Pai, afasta de mim esse cálice. Pai, afasta de mim esse cálice. De vinho tinto de sangue<sup>6</sup>

No refrão ora exposto, enquanto texto escrito a primeira frase não se segmenta na lógica da Sequência Discursiva, essa lógica se subverte no texto oral, pois sendo uma música a canção incide na palavra “cálice”. Não se trata apenas de um homônimo/homófono que, nessa conjuntura, ainda não entraria em segmentação. O “cálice” é explorado para a metáfora de “cale-se” a qual os autores exploram discursivamente diante das condições de produção na época da Ditadura Militar.

Para nós, a palavra cálice/cale-se é um enunciado que deve ser recortado da frase para análise. A lógica da Sequência Discursiva também a considera como enunciado, mas por motivos diferentes. Enunciado, na lógica acima referida, aparece como fragmento da sequência. Na nossa concepção, “cale-se” é um enunciado completo e autônomo dentro de um recorte da letra da música, já devidamente tratado como Objeto Discursivo. O leitor cogitará que a categoria definida como enunciado neste trabalho seria o correspondente a Sequência Discursiva e o caso é apenas uma questão de nomenclatura, de fato. Todavia, o termo “Sequência Discursiva” pode cair numa ambiguidade nocional. Pois, podemos

---

<sup>6</sup> Extraída do álbum Chico Buarque, original de 1978, com participação de Milton Nascimento. Para detalhes confira as referências.

pensar a Sequência Discursiva como cadeia oral e escrita, além da frase e/ou também como uma sequência de discursos numa sucessão temporal-temática.

Por exemplo, se temos uma entrevista do apresentador do Jornal Nacional, William Bonner, com o Presidente recém-eleito Jair Bolsonaro a qual ele questiona as medidas tomadas pelo chefe de Estado contra o jornal Folha de São Paulo<sup>7</sup>, em que Bonner assume um discurso jornalístico corporativista com a Folha; dois meses depois o telejornal da Rede Globo noticia que o filho do presidente, deputado, nomeara assessora que não dava expediente, através de informação apurada pela Folha de São Paulo (FSP); no mês seguinte, a FSP tem notícia sobre depósitos questionáveis na conta de Flávio Bolsonaro. Divulgados pelo Jornal Nacional, tais acontecimentos correspondem a uma Sequência Discursiva concebida de maneira diversa da definição padrão. Algo que, parece-me, Henry (1990) chamará relação inter-sequência. Ainda Henry (1990, p.58) define Sequência Discursiva como “discursos ‘concretos’”

Tudo isso nos leva a crer que uma proposta de evitar uma miscelânea de termos torna mais simples as práticas de análise. Por seu turno, Orlandi (2000, p.63) assera que “O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte.”. Vale ressaltar que a percepção de “texto”<sup>8</sup> para Orlandi é bem abrangente não se restringindo ao sistema verbal da língua (palavras orais ou escritas). Verifica-se para Orlandi (2000, pp.68-69), a unidade de análise é o texto para daí se chegar ao discurso: “O texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação”.

Com efeito, temos em Orlandi mais um termo dentro da epistemologia da AD definindo aquilo que é essencial no ponto de partida do analista. Mas, nesse caso, Orlandi procura simplificar o modo de entendimento para o neófito em análise, algo que almejamos com nossa reflexão. Para Orlandi (2000, p.77), muito mais que passar da Superfície Linguística para o Objeto Discursivo depois para o Processo Discursivo, passamos do Texto (Discurso) para a Formação Discursiva e para a Formação Ideológica.

---

<sup>7</sup> Não há espaço para detalhar aqui. Resumindo: Na época das eleições para presidente em 2018, o então candidato a presidente Jair Bolsonaro, ameaçou o Jornal Folha de São Paulo, por supostas inverdades sobre o ex-Deputado ter na folha de pagamento uma funcionária-fantasma.

<sup>8</sup> Não temos a mínima pretensão de discutir a situação alarmante que é trabalhar com uma noção tão ampla de texto. Isso fica para um desafio futuro.

## Enunciado vs enunciação

Aqui encontramos uma das tarefas mais árduas e abertas para a estudo em questão. Geralmente, se opõe Enunciado à Enunciação em AD colocando-se o primeiro no eixo vertical e a segunda no eixo horizontal. Para começar, as teorias do discurso propõem que, na constituição de um discurso, duas coisas entram em funcionamento: articulação e discurso-transverso ou pré-construído.

De maneira prática o que acontece na constituição de um discurso é que alguém aciona saberes já conhecidos e os articula de modo a tornar o seu dizer um texto completo, materializando um discurso, o que implica explicar que os enunciados são articulados através da enunciação de um enunciador.

No que concerne à situação de enunciação e o efeito do intradiscurso não seria esse um conceito a opor. Mas, quando se coloca no processo discursivo o “sujeito enunciador”, certamente que a teoria se complexifica.

A AD tem como interesse principal a questão do sentido. Para a AD o sentido não é pré-dado, o que a faz contrapor a linguística, fazendo emergir o sujeito como causa do sentido, e não o sistema. A prova da irrupção do sujeito está na sintaxe.

Adentrar nas questões do sujeito de forma alguma vai ser encarada nesse trabalho pela própria natureza do proposto no estudo e pela extensão do tema. Por ora nos limitaremos a expor o assunto brevemente.

Para a AD a explicação dos sentidos estáveis das proposições está no conhecimento prévio. O conhecimento sobre a propriedade das coisas ou “as coisas a saber” garante a evidência sobre o que pode estar se dizendo. Em que um texto essas evidências são articuladas por um sujeito dando-lhe sentido. As teorias da AD resgatam assim o papel da subjetividade na constituição das significações de um dizer. Porém, para não cair no idealismo, ela propõe uma concepção não subjetiva da subjetividade que implica impor que, na sustentação de um discurso, o sujeito não é livre.

Surge o termo “Sujeito Universal”, que designa o saber do qual emana a evidência das coisas e que cada sujeito “particular” aciona, na tecitura do seu dizer. O modo como cada enunciado será encadeado irrompe no sujeito da enunciação.

Contudo, a AD está inconformada também com “as coisas a saber”. Se o sentido, a evidência de uma palavra, não é óbvio, ou era pelo mecanismo ideológico, se a

comunicação está exposta a mal-entendidos, lapsos, falhas é porque algo não estava fechado no campo do conhecimento.

Os pontos de deriva possíveis mostram os conflitos entre objeto real/objeto de conhecimento dos quais os teóricos se valem para apontar a relação imaginária dos indivíduos. Estamos no campo do psicanalítico e o simbólico também atravessa a mente do sujeito. Daí que temos não as coisas ou a propriedade das coisas, mas o discurso sobre as coisas que é sustentado pelos espaços lógico-estabilizados que circunscrevem o sujeito:

Ora esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc que “cobrem” ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações (PÊCHEUX 1990, p.32)

Será que o Sujeito Universal, objeto do conhecimento, sujeito do conhecimento ou os espaços lógico-estabilizados são um mal? Se é de se desconfiar que há algo que escapa, que não há evidência porque existe uma lei de Desigualdade-Contradição-Subordinação, há ainda a subordinação *livre*. Ideológica é verdade. Mas, se algo escapa, o que se conhece não ajuda porque é ideológico (sem nos prender ao conceito de “falsa consciência”, mas nas práticas ideológicas ou formações ideológicas) então as pessoas portadoras de necessidades especiais, com Síndrome de Down, etc não devem se valer dos objetos de conhecimento, do que se sabe, por que escapa? E, entrando no terreno da linguagem e não de outros artefatos materiais, não devem essas pessoas usar Braile, Libras, etc por que não há evidência do conhecimento desses sistemas? Ou o sujeito enunciador não pode se reduzir ao sujeito do saber? Ou devem esperar?

Quando Henry explica a natureza psicanalítica do sujeito faz uma importante exposição:

Quero mesmo dizer o sujeito, e não o indivíduo já que se pode ver naquilo que ao mesmo tempo aproxima e distingue a função do imaginário no homem e no animal, naquilo que permite ao animal humano sobreviver à sua prematuração específica ao nascer, o ponto em que a subjetividade articula-se com a individualidade orgânica. (HENRY, 1992, pp.168-169)

A tese que defendemos é que não há indivíduo e sim somente sujeito, mesmo antes de nascer. Ora, esse sujeito é mesmo marcado ideologicamente antes, por sua nacionalidade, sexo, localidade, cor de cabelo, olhos etc. Não se trata de negar as

contribuições psicanalíticas, contudo, se há algo que escapa ao sujeito na língua, há algo que não escapa. Se há lei de Desigualdade-Contradição-Subordinação é porque também há subordinação.

Segundo Courtine (2014, p.91) A enunciação é “atividade de produção de um discurso por um sujeito enunciador em uma situação de enunciação”. O enunciado encontra-se, em compensação, ligado à noção de repetição. Parece-nos que a noção desemboca em estabelecer o enunciado como retorno do mesmo e a enunciação como terreno da variação/mudança. Nesse particular, Courtine defende que a formulação pela enunciação caracterizará o eixo do esquecimento nº 2<sup>o</sup>.

Desse modo, para o autor, enunciado se liga ao aspecto da repetição e a enunciação no da variação conjuntural.

É de se perguntar se toda conjuntura de momento varia como a instância da cola na atividade de produção de uma prova e se toda repetição não pode variar. Por exemplo, a consulta ao *Wikipedia* sobre a batalha de Monte Santiago<sup>10</sup> apresenta duas versões das consequências da guerra: uma, em português, explicando o domínio brasileiro, por mar, da região do Prata. Outra, em espanhol, defendendo a valentia argentina no confronto, apesar da superioridade naval do Brasil. Observamos assim que a instância online, onde se esperaria repetição, variou.

Para Courtine (2014), se o enunciado estabeleceria a repetição oriunda do “sistema de formação dos enunciados”, impõe-se a necessidade de admitir que a Formação Discursiva atua no sujeito para a estabilização do seu dizer. Irrompe-se o saber reconhecido e reconhecível, ainda com a possibilidade de variar, de acordo com as circunstâncias.

Segundo Henry (1992, pp.177-178):

É, efetivamente, a confusão do “sujeito da enunciação” e do “sujeito do enunciado” no nível do eu que assegura a identificação automática daquilo que é designado por “eu” com aquele que fala. Aquele que fala *verdadeiramente* no sonho como em outros lugares é o sujeito da enunciação que deve ser situado do lado do inconsciente, da face invisível do imaginário, na medida que em que o sonho é o desejo inconsciente, antes de encarnar a realização de um desejo disto ou daquilo.

---

<sup>9</sup> Para a noção de esquecimento, CF. Pêcheux (1988).

<sup>10</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_de\\_Monte\\_Santiago](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Monte_Santiago)>

Essa afirmação de Paul Henry parece estranha ao colocar a enunciação como processo inconsciente, na medida que, em outra parte de seu texto, estabelece que o discurso-Outro (formação de enunciados) é inconsciente. É de se supor, no caso acima, a ideia de Henry ser de o sujeito da enunciação reformular o seu dizer na perspectiva inconsciente.

Não havendo engano, o processo discursivo é atravessado pelo eixo interdiscursivo atrelado ao universal e o individual<sup>11</sup> ao eixo intradiscursivo. Ora, precisamente Courtine defende seguinte:

Tal oposição reparte esses modos contraditórios de existência do discurso como objeto nos dois níveis, o do enunciado e o da formulação, que a descrição das FD põe em jogo: a existência vertical, interdiscursiva de um sistema de formação dos enunciados assegurando ao discurso a permanência estrutural de uma repetição, corresponde à existência horizontal, intradiscursiva da formulação, onde a enunciação pode produzir uma variação conjuntural (COURTINE, 2014, pp.91-92).

Por seu turno, Pierre Achard discute o par enunciado/enunciação com um pequeno desvio de deslumbre. De uma margem, ele considera o enunciado não apenas como território da repetição, mas da regularização. A regularização nada mais seria que a estabilização dos sentidos pelo viés dos implícitos (pré-construído) cujo papel da repetição é reconhecido.

Na outra margem, o autor afirma o seguinte: “A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso.” (ACHARD 1999, p. 17).

Dado o exposto acima, enunciação não seria exatamente o espaço de variação que o sujeito lineariza, mas o meio pelo qual o discurso possa ser reconhecido, através dos implícitos. Isso não significa dizer necessariamente que o papel do sujeito na formulação está apagado, porém a enunciação é vista por Achard como elemento da circulação social no sentido de que esta última estabiliza a assunção do pré-construído.

Ainda Bakhtin (1997, p.112) coloca a enunciação como “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”. Nessa perspectiva, a enunciação não é considerada como ato, mas resultado da interação convertida em palavra ou mensagem. É um resultado da comunicação imediata, mas também da sua relação constitutiva/dialógica com outros dizeres.

---

<sup>11</sup> Considerando a forma-sujeito.

Não se trata, de toda forma, em optar por um dos pensamentos, ou quaisquer outros alhures. Para nós, só concebemos o enunciado. Com isso, não pretendemos ignorar as discussões mencionadas. Pelo contrário, delas desenvolver concepções análogas e proposições tangentes. Courtine (2014, p. 84) mesmo afirma: “É preciso observar bem a ausência, no campo da AD, de uma concepção especificamente discursiva do enunciado.”.

Para fins práticos de análise é a proposta discursiva de enunciado que defendemos nesse trabalho. Como dito anteriormente, ao chamá-lo de perícope discursiva, é um recorte mas considera exatamente, apesar de delimitação linguística, os aspectos discursivos concernentes ao não-dito. A finalidade é a simplificação em termos de análise para os neófitos em AD.

No discurso sustentado pela Ministra Damares, o qual afirmara: “Menino veste azul e menina veste rosa”<sup>12</sup>, na perspectiva em Courtine, teríamos na frase em questão um enunciado dentro de uma Sequência Discursiva que dialoga com a rede de formulações, a saber: azul é a cor para homem e rosa cor para mulher; do lugar próprio ocupado na família em que o gênero é distinguido por cores; menina será princesa e menino será príncipe, do outubro rosa e novembro azul etc. Essa rede se oporá a outras formulações como as da liberdade de gênero, das pessoas nascidas em corpo diferente, até mesmo o outubro vermelho<sup>13</sup>. Assim, o discurso de posse da Ministra Damares Alves seria analisado como um enunciado (E) “(...)menino veste azul e menina veste rosa (...)” extraído de uma Sequência Discursiva (SD) “Atenção, Atenção, é uma nova era(...)”. O [E] é extraído de uma Rede de formulações R[e], com as possibilidades apontadas acima, o qual será articulado com a liberdade de Damares por formulação [e]. No tocante ao sujeito, a categoria da Ministra Damares aciona esses saberes universais como Sujeito Universal (SU) e a enuncia enquanto sujeito (L), dada a situação (posse como Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, no governo Jair Bolsonaro, em Janeiro de 2019), configurando ao seu dizer variável. De maneira geral, sintética, é essa a análise do discurso no viés de J. Courtine.

De todo modo, entendemos e propomos a unidade inicial de análise, como categoria metodológica, o conceito de enunciado no lugar de Sequência Discursiva, muito

---

<sup>12</sup> Cf. Referências.

<sup>13</sup> Esse do viés político.

embora seja embaraçoso dizer que não é uma simples troca, dado que enunciado tem um lugar reservado em vários estudos em AD.

Da nossa perspectiva, temos um discurso político-religioso-tradicional sustentado pela Ministra Damares Alves, através do enunciado “Menino veste azul e menina veste rosa”, que aciona interdiscursivamente os discursos-outros, mencionados como redes de formulações acima. Consideramos “Atenção, Atenção, estamos em outra era...” como outro enunciado que se constitui no espaço antagônico com as outras redes de formulações<sup>14</sup> da liberdade de opção de sexo, tido no eixo interdiscursivo. A articulação dos enunciados é realizada através do processo intradiscursivo garantindo o fio do discurso.

No que diz respeito às Condições de Produção do discurso (CP), a metodologia é análoga em qualquer perspectiva que é a assunção do Governo Bolsonaro após longos conflitos da sociedade brasileira sobre as ideias e práticas da ideologia de gênero.

Não é menos relevante ressaltar que a ministra, ao pôr em jogo a ordem dos gêneros, colocando o menino em primeiro lugar, sobretudo, indica a esfera patriarcal cujas bases religiosas ela está filiada.

Quando sustentamos esse ponto de vista não significa negar o desequilíbrio dos sentidos, a falta no dizer, o equívoco. Quando procuramos o não-dito, se trata de considerar os aspectos ideológicos que sobredeterminam, através das FDs, as posições de sujeito. Daí procedemos, então, ao ato de interpretação. Na verdade, Pêcheux justifica:

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a *níveis opacos à ação estratégica de um sujeito* (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). (PÊCHEUX, 1999, p.14)

Tal afirmação acima nos tranquiliza quando o autor dá o aval para a construção de procedimentos próprios, pela necessidade de extrair o não-dito da melhor forma.

---

<sup>14</sup> Não que estejamos chamando de rede de formulações. Em nosso ver, isso está dentro do interdiscurso.

## Considerações finais

Notar-se-á nas linhas precedentes que o enunciado é primordial para o estabelecimento de recortes próprios de análises de textos de diversos tipos. Mas, ao mesmo tempo, a diversidade desses textos lança uma série de questionamentos quando voltamos o olhar para a práxis de interpretar os efeitos de sentido engendrados do discurso.

A discussão proporcionada acima traz a lume a transformação de conceitos, instrumentos metodológicos e filosofias epistemológicas, sempre ocorrendo na medida que se ofereceram novas ou diferentes amostras, isto é, textos de uma maneira geral içados de campos discursivos heteróclitos. Portanto, o *corpus* orientou e orienta as necessidades de cada estudo, promovendo mudanças de rumo ou adequações da ordem do teórico-metodológico para facilitar a tarefa do analista.

Sendo assim, adotamos essa noção de enunciado por associar à análise uma metodologia própria e simplificada. Se a submetemos a críticas é sem dúvidas porque não renegamos o conhecimento aos não-acadêmicos ou graduandos. Fazer análise do discurso, desse modo, não atravessa ao capricho de um *domingo da ciência*<sup>15</sup>, mas é, sobretudo, um compromisso de fazer ver os discursos, principalmente os midiáticos, sob mais olhares.

## Referências

ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HOLLANDA, Chico Buarque de & GIL, Gilberto. **Cálice**. Rio de Janeiro, Sérgio de Carvalho, Polygram Distribuidora, participação de Milton Nascimento. 1978/1999. CD (4:00).

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1ª reimpressão. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

---

15 Parafraseando o “domingo do pensamento” em Pêcheux (1990).

GLOBO. **Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'**. In: G1. Política. Brasília, 03/01/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>.

Acesso em: 06/06/2020.

HENRY, P. **Construções relativas e articulações discursivas**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 19, p. 43-64, jul./dez. 1990.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni et al. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Tradução de Bethania S. C. Mariani et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHÊUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. et al. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, M. **Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso**. Tradução: Eni P. Orlandi. *Escritos 4*. Campinas: LABEURB, 1999.

SANTOS, Rosiene Ferreira dos. **A imagem do conflito armado: o discurso do JN sobre a ocupação do morro do alemão em 2010**. 2016. 72f. Monografia (TCC em Comunicação Social) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

WIKIPÉDIA. **Batalha de Monte Santiago**. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_de\\_Monte\\_Santiago](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Monte_Santiago)>. Acesso em: 26/05/2020.

WIKIPEDIA. **Batalla de Monte Santiago**. In: Wikipedia, La enciclopedia libre. Disponível em: <[https://es.wikipedia.org/wiki/Batalla\\_de\\_Monte\\_Santiago](https://es.wikipedia.org/wiki/Batalla_de_Monte_Santiago)>. Acesso em: 26/05/2020.